



Memória

PAULO
QUINTELA

1905 - 2005



REVISTA COMEMORATIVA DO 1.º CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DE PAULO QUINTELA

Agrupamento de Escolas Paulo Quintela

- *Editorial*
- *Mensagem da Porto Editora*
- *Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Bragança*
- *O Agrupamento em números*
- *Mensagem do Presidente da Associação de Pais/Encarregados de Educação*
- *Mensagem do Governador Civil do Distrito*
 - *Luís Miranda Correia - «Educação Especial e Necessidades Educativas Especiais»*
 - *Entrevista de José António Borges*
 - *Entrevista de Nuno Vicente*
 - *Entrevista de José Luciano Fernandes e José Augusto Santos*
 - *Entrevista de Maria Antónia Domingues*
 - *Uma Escola de alunos curiosos pela vida*
 - *Entrevista de Maria Antonieta Castro*
 - *Entrevista de Germano Lima*
 - *Uma Escola de desportistas*
 - *Uma Escola de músicos e artistas plásticos*
 - *António Nóvoa – «Os professores e os desafios actuais da escola»*
 - *Alunos de ontem, professores de hoje: o regresso*
 - *Maria da Conceição Vaz – «A minha Escola de Ontem e de Hoje»*
 - *Ludwig Scheidl – «Em memória do Professor Paulo Quintela»*
 - *Lúcio Cunha – «Um professor e tradutor de mérito»*
 - *Maria Angélica Henriques – «Mas o que fica, os poetas o fundam»*
 - *Hélder Carvalho – «Esculpir o saber de Paulo Quintela»*
 - *João Cabrita – «Miguel Torga e Paulo Quintela: Uma amizade com limites»*
 - *Pinelo Tiza – «Projectos Educativos Europeus: Uma aposta da escola no interculturalismo europeu»*
 - *Ana Luísa Fernandes – «O Regresso»*
 - *Depoimentos de Auxiliares de Acção Educativa e ex-alunos*
 - *Uma Escola que guarda a memória*
 - *Henrique Ferreira – «Ensino Básico, um ideal por concretizar»*
 - *Uma Escola com empenho*
 - *Álvaro Gomes – «A revolta dos centauros»*
 - *Uma Escola de ambientalistas*
 - *Rui Canário – «As crianças gostam da escola?»*
 - *Uma Escola em evolução*
 - *Uma Escola que honra o seu patrono*
 - *Jornal «Mudança» – uma esperança escrita*



Ficha Técnica

Propriedade: Agrupamento de Escolas Paulo Quintela, Av.^o General Humberto Delgado – BRAGANÇA

Colaborações: Acácio Maria Lopes, Ana Luísa Fernandes; Álvaro Gomes; António Nóvoa; Germano Lima; Hélder Carvalho; Henrique Ferreira; Isabel Vilela; Ivone Afonso; João Cabrita; José António Borges; José Augusto Santos; José Luciano Fernandes; Lúcio Cunha; Ludwig Scheidl; Luís Benites; Luís Miranda Correia; Magda Padrão; Maria Adriana Pinto; Maria Alcinda Jordão; Maria Angélica Henriques; Maria Antónia Domingues; Maria Antónia Martins; Maria Antonieta Castro; Maria Antonieta Rapazote; Maria Conceição Vaz; Nuno Vicente; Pinelo Tiza; Rui Canário

Paginação: Gralha, Empresa Jornalística, Lda.

Impressão: Coraze – Centro de Impressão Oliveira Azeméis

Ensino Básico, um ideal por concret

Henrique Ferreira *

A ideia de ensino básico, em Portugal, institucionalizada pela Lei 5/73, de 25/7, conhecida por «Reforma Veiga Simão», começou a desenvolver-se em 1958, com a proposta do então Ministro da Educação, Francisco de Paula Leite Pinto, de unificar o 1.º Ciclo do Ensino Liceal e o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico.

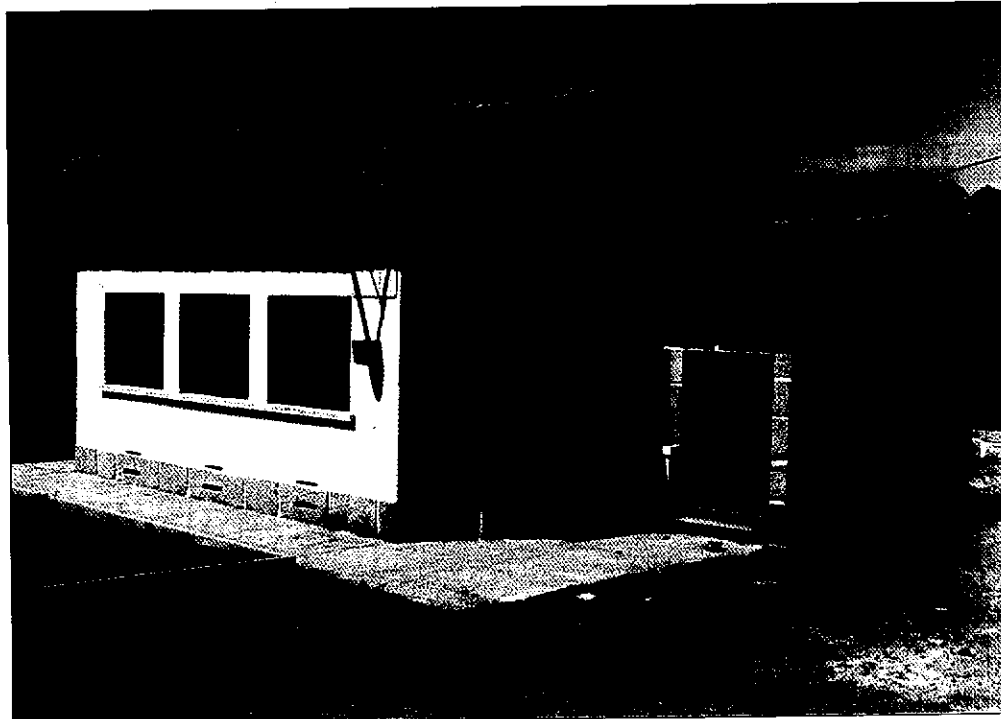
Dois anos depois, a comissão por ele nomeada para o efeito apresentou publicamente um dos melhores projectos de organização escolar 1 que vi, até hoje, em Portugal. Tão bom que a OCDE o ofereceu a França, Espanha, Itália, Jugoslávia, Turquia e Grécia, que o puseram em prática, associado ao outro projecto do Ministro, o Projecto Regional do Mediterrâneo, que também foi implementado de imediato por esses países, enquanto que, em Portugal, só Veiga Simão (1970-1974) voltaria a pegar neles.

Nunca consegui explicação para que estes projectos tivessem sido metidos na gaveta. Porém, duas hipóteses continuam no meu espírito para uma melhor investigação: 1) o início da Guerra Colonial; 2) o medo que as elites políticas do Regime terão tido perante tanto progressismo educacional.

Os factos subseqüentes parecem confirmar esta segunda hipótese. Mas vamos com precaução.

A década de 50 foi uma década de intenso debate educacional. O Ministro Pires de Lima e o seu Subsecretário de Estado, Henrique Veiga de Macedo lançaram as bases da disseminação das ideologias desenvolvimentista, segundo a qual a educação é a base do progresso

económico. No entanto, pouco mais conseguiram do que: 1) fazer a reforma do ensino técnico, em 1947; 2) do ensino liceal em 1948; 3) da educação de adultos, em 1952; 4) e lançar as bases da evolução do ensino primário. Com efeito, em 1956/57, foram tornados obrigatórios quatro anos de escola primária para os rapazinhos que entrassem nesse ano na



escola e, em 1960, era feito o mesmo para as meninas.

Em 1964, o Governo de Salazar revelou, por actos, que não ia pôr em prática o projecto da comissão, tanto mais que o seu defensor e mentor, Leite Pinto, havia sido demitido em 1961 por Salazar. A ideia do Governo seria expandir a escolarização dos portugueses através de um modelo escolar que contribuisse para manter a sociedade dual: a do campo e a da cidade, procurando manter o maior número possível de pessoas no campo.

Para isso, o Governo decretou a escola obrigatória de seis anos, em 1964, para todas as crianças que entrassem na escola

LR

primária, em 1964/65, ou seja, com efeitos a partir de 1970. Porém, até 1972, não promoveu a unificação, antes diversificou as vias de realização dos 5.º e 6.º anos.

Em 1964/65, iniciou, em regime experimental, as emissões da Telescola, a qual «morreu» em 2004/2005, com o pomposo nome de **«ensino básico mediatizado»**. Em 1965/66, lançou as sementes do Ensino Primário Complementar, ministrado por um professor do ensino primário portador da habilitação correspondente ao actual 11.º ano. Estes dois modelos foram elogiados pela OCDE e pelo Banco Mundial e divulgados ao Terceiro Mundo como os modelos mais baratos para promover a escolarização. A verdade é que ambos os modelos tinham a pretendida virtualidade de manter o imobilismo da sociedade portuguesa. Sobretudo o seu dualismo cidade-campo.

Em 1967/68 seria lançado o modelo hoje dominante – o do 2.º ciclo –, então com o nome de Ciclo Preparatório do Ensino Secundário. O Decreto de criação e de organização assimila as ideias principais do Relatório da Comissão em 1960, aos níveis curricular e pedagógico. Porém, a sua implementação é lenta até 1970, e só com Marcelo Caetano e José Veiga Simão recebe o impulso decisivo.

José Veiga Simão percebeu o inevitável: não era possível a professores preparados para serem professores da escola primária serem bons professores do Ciclo Complementar do Ensino Primário. Por isso, acabou com este modelo, em 1974, por Despacho de 1972.

Em contrapartida, deu um impulso decisivo à Telescola, criando uma equipa de excelentes professores que, a nível central, preparava as lições e os materiais curriculares e pedagógicos e os enviava para as escolas onde se ministrava a Telescola. Ai, um professor do ensino primário fazia o trabalho de orientação e de dinamização do estudo, depois de

ouvidas as lições, em directo, ou gravadas, conforme as possibilidades de recepção de TV, no local. Ao mesmo tempo, Veiga Simão mandou, em 1972, unificar os programas do Ciclo Preparatório e da Telescola. Catorze anos depois, estava finalmente feita a unificação do 2.º ciclo do ensino liceal e do 1.º ciclo do ensino técnico.

A partir de 1972, dá-se pois a arrancada final dos portugueses à procura da educação e a do Estado português no oferecimento da educação. Ainda em 1973, Veiga Simão, manda avançar a unificação do 7.º ano. Em 1974, a do 8.º. Em 1975, a sua reforma de 1973 (Lei n.º 5/73, de 25/7) continua a ser assumida pelos poderes pós-**«25 de Abril»** e arranca a unificação do nono ano. Em 1976, a escolaridade obrigatória continuava a ser de seis anos mas já havia uma via única de estudos para o actual terceiro ciclo. A sua obrigatoriedade só seria decretada em 1986, pela Lei 46/86, de 14/10, para as crianças que entrassem nesse ano na escola primária, ou seja, para ter efeitos a partir de 1995.

Antes de terminarmos esta primeira parte, uma última nota – a dos conflitos sócio-políticos na criação do Ciclo Preparatório, em 1967. A burguesia emergente exaltou o projecto quando seria de esperar que se lhe opusesse. Com efeito, se ela era a oposição ao regime, não poderia consentir que se fizesse uma reforma elitista com disfarce humanista. E foi isso que aconteceu talvez porque já ninguém se recordasse do decreto da reforma do ensino liceal, de 1934, onde o Governo de Salazar escrevia: **«o ensino liceal é para os fortes, para os inteligentes e para os bons, para aqueles que hão-se constituir o futuro escol da nação. Para os outros, haverá um ensino de segunda oportunidade, o ensino técnico-profissional.»**

Ao ter duas vias para os pobres, o Governo criou a terceira via, a dos ricos, a do Ciclo Preparatório. A inteligência era,

ao tempo, para o bem e para o mal, identificada com urbanismo. Salazar tanto incentivou os portugueses à vida campestre que eles passaram a olhar a cidade como o lugar do desenvolvimento da urbanidade e da inteligência.

O resultado está a vista: temos **«campos de solidão»**, como diz a canção galega **«Tu partes e ele parte e todos, todos se vão»**.

Se a década de 50 foi de debate sobre a relação entre educação e desenvolvimento, a década de 60 foi de intenso debate sobre a renovação pedagógica. Este debate trouxe consigo a importação de três conceitos fundamentais para o futuro do ensino básico. São eles o de escola compreensiva, o de ideologia educacional e o de função social da escola. A história do ensino básico, em Portugal, exige a compreensão destes três elementos, a par da ideologia desenvolvimentista dos anos 50.

A noção de ensino básico está directamente ligada à diversidade dos alunos na escola. Esta diversidade foi exigindo menos ensino teórico e mais trabalho prático e expressivo. Isso já aconteceu nos programas do Ciclo Preparatório, em 1967, e na reforma dos programas do ensino primário, em 1968. Com Veiga Simão, a ideologia compreensiva é incrementada e a educação deveria ter uma orientação para o desenvolvimento global da personalidade. Isto exigia um currículo polivalente, dirigido às expressões, ao desenvolvimento motor, ao trabalho prático e ao trabalho intelectual. Em suma, às quatro componentes fundamentais da educação: instrução, socialização, estimulação e igualização.

À medida que iam sendo conhecidos os trabalhos de Carl Rogers, S. Neil, Michel

Lobrot, Anton Makarenko, Célestin Freinet e Ivan Illitch, o debate sobre as ideologias educacionais ganhava relevo. George Kneller (1970) sintetizou-o em duas categorias bipolares: progressismo vs perenealismo e essencialismo vs reconstrucionismo. Desde Veiga Simão, a escola básica portuguesa foi assumida como devendo ter um pendor progressista e reconstrucionista.

Pelo progressismo, a escola devia usar pedagogias novas, métodos activos e ser um local de aprendizagem e vivência



democrática. Foi o tempo dourado do regresso a Montessori, a Decroly, a Dewey e a Kilkpatrick e da assimilação de Freinet, de Brunner, de Piaget, de Ausubel, de Lobrot e de Snyders.

Pelo reconstrucionismo, a escola devia ter programas de reflexão sobre os problemas sociais e contribuir para a instalação do debate sobre a transformação social. Isto correspondeu, regra geral, à introdução da disciplina de Ciências Sociais.

Mas o debate do final dos anos 60, princípios da década de 70, não se ficaria por aqui. O início da divulgação dos contributos da Sociologia da Educação, através da sociologia das desigualdades

sociais e escolares acarretou o confronto entre defensores da escola elitista (a escola tradicional, social-segregadora) e escola igualitária, a escola progressista, reconstrucionista e integradora de todos os públicos, crianças com NEE(s) incluídas.

Em 1974, estavam já disponíveis todos os ingredientes teóricos para a construção da escola actual. A forma como eles foram «cozinhados» dependeu muito mais das vontades e lutas políticas do que da necessidade de reconstrução conceptual educacional.

Porém, o sistema de formação de professores foi sempre ao arrepio das ideias progressistas, reconstrucionistas e igualitárias, e, em suma, da ideia de unidade do ensino básico, com excepção

do momento iluminado de 1985, confirmado em 1989, em que se previa um único professor para os 2.º e 1.º ciclos do ensino básico. Contraditoriamente, a junção dos 2.º e 3.º ciclos, também a partir de 1985, não só comprometeu esta ideia como remeteu o ensino primário a um isolamento comprometedor, que nem os Agrupamentos resolverão, transformando todo o restante ensino em ensino secundário.

Por isso, talvez valha a pena terminar citando José Veiga Simão (1972):

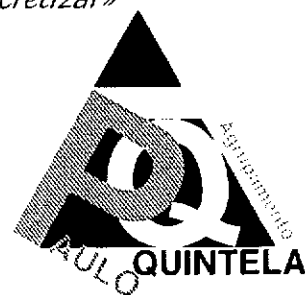
«Já não podemos secar mais as nascentes da fonte onde as gerações futuras têm de beber; já não podemos cortar mais as raízes das árvores a que os vindouros tenham de pedir sombra e sossego.»

* Professor da Escola Superior de Educação de Bragança

BIBLIOGRAFIA

- EASTHOPE, Gary (1975). *Community, Hierarchy and Open Education*, Routledge & Kegan Paul
- FERREIRA, Henrique da Costa (1992). *A Administração da Educação Primária entre 1926 e 1986. Que Participação dos Professores?* Braga: Universidade do Minho
- FERREIRA, Henrique da Costa (1993a). *O Conceito e componentes curriculares na Evolução do Ciclo Preparatório*. Bragança: Instituto Politécnico. Série Estudos, n.º 50.
- FERREIRA, Henrique da Costa (1993b). *A Escola Preparatória Portuguesa: uma Abordagem Organizacional*. Bragança: Instituto Politécnico. Série Estudos, n.º 49.
- FERREIRA, Henrique Costa. «El Sistema de Formación de Profesores en Portugal e y en la Escuela Superior de Educación de Bragança». In COSTAS I COSTA, Mercé; Francis Durieux; Soledad Guardia GONZÁLEZ; Wolfgang LANGER; Mikko OJALA e Ingelore OOMEN – WELKE (Eds., 2001). *Student Teaching Practice in Europe*. Freiburg in Breisgau. Fillibach – Vert, pp. 247 – 254. Publicação co-financiada pelo Programa Sócrates/Erasmus (Form. Professores)
- FERREIRA, Henrique da Costa. «A formação de Professores para a Educação Básica». In *EDUSER*, n.º 1 (1.º sem. 2003, Revista da ESE de Bragança. Bragança: Instituto Politécnico
- FORMOSINHO, João (1992a). «O Dilema Organizacional da Escola de Massas», in *Revista Portuguesa de Educação*, Vol 5, n.º 3, 1992, pp. 23-48, Braga, Instituto de Educação
- FORMOSINHO, João (1999b). *A Diferenciação Pedagógica na Escola de Massas*. Conferência na Escola Secundária D. Duarte. Coimbra. 26 de Maio de 1999
- FORMOSINHO, João (1999c). *Da Uniformidade à Flexibilidade Curricular – Breve História da Evolução das Políticas Curriculares na Construção da Escola de Massas*. Conferência no Centro de Formação de Basto. 28 de Abril de 1999
- KNELLER, Georges (1970). *Introdução à Filosofia da Educação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores
- LIMA, Mª de Jesus e S. HAGLUND (1982). *Escola e Mudança. O Sistema Educativo, a Escola, a Aula, o Professor*, Edição do Ministério da Educação, Gabinete de Estudos e Planeamento (em colaboração com a Escola Superior de Educação de Estocolmo, no âmbito do Acordo Luso-Sueco). Distribuído por Brasília Editora, Porto
- PIRES, Eurico Lemos. «A Massificação Escolar», Braga, *Revista Portuguesa de Educação*, 1988 1(1), pp. 27-43, Instituto de Educação da UM
- PIRES, Eurico Lemos (Coordenador, 1989). *O Ensino Básico em Portugal*, Porto, Edições ASA
- SIMÃO, José Veiga. *Homenagem ao Professor do Ensino Primário*. Escola Portuguesa, n.º 1376 (Fev. /1972)

- *Editorial*
- *Mensagem da Porto Editora*
- *Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Bragança*
- *O Agrupamento em números*
- *Mensagem do Presidente da Associação de Pais/Encarregados de Educação*
- *Mensagem do Governador Civil do Distrito*
 - *Luís Miranda Correia - «Educação Especial e Necessidades Educativas Especiais»*
 - *Entrevista de José António Borges*
 - *Entrevista de Nuno Vicente*
 - *Entrevista de José Luciano Fernandes e José Augusto Santos*
 - *Entrevista de Maria Antónia Domingues*
 - *Uma Escola de alunos curiosos pela vida*
 - *Entrevista de Maria Antonieta Castro*
 - *Entrevista de Germano Lima*
 - *Uma Escola de desportistas*
 - *Uma Escola de músicos e artistas plásticos*
 - *António Nóvoa – «Os professores e os desafios actuais da escola»*
 - *Alunos de ontem, professores de hoje: o regresso*
 - *Maria da Conceição Vaz – «A minha Escola de Ontem e de Hoje»*
 - *Ludwig Scheidl – «Em memória do Professor Paulo Quintela»*
 - *Lúcio Cunha – «Um professor e tradutor de mérito»*
 - *Maria Angélica Henriques – «Mas o que fica, os poetas o fundam»*
 - *Hélder Carvalho – «Esculpir o saber de Paulo Quintela»*
 - *João Cabrita – «Miguel Torga e Paulo Quintela: Uma amizade com limites»*
 - *Pinelo Tiza – «Projectos Educativos Europeus: Uma aposta da escola no interculturalismo europeu»*
 - *Ana Luísa Fernandes – «O Regresso»*
 - *Depoimentos de Auxiliares de Acção Educativa e ex-alunos*
 - *Uma Escola que guarda a memória*
 - *Henrique Ferreira – «Ensino Básico, um ideal por concretizar»*
 - *Uma Escola com empenho*
 - *Álvaro Gomes – «A revolta dos centauros»*
 - *Uma Escola de ambientalistas*
 - *Rui Canário – «As crianças gostam da escola?»*
 - *Uma Escola em evolução*
 - *Uma Escola que honra o seu patrono*
 - *Jornal «Mudança» – uma esperança escrita*



Ficha Técnica

Propriedade: Agrupamento de Escolas Paulo Quintela, Av.^o General Humberto Delgado – BRAGANÇA

Colaborações: Acácio Maria Lopes, Ana Luísa Fernandes; Álvaro Gomes; António Nóvoa; Germano Lima; Hélder Carvalho; Henrique Ferreira; Isabel Vilela; Ivone Afonso; João Cabrita; José António Borges; José Augusto Santos; José Luciano Fernandes; Lúcio Cunha; Ludwig Scheidl; Luís Benites; Luís Miranda Correia; Magda Padrão; Maria Adriana Pinto; Maria Alcinda Jordão; Maria Angélica Henriques; Maria Antónia Domingues; Maria Antónia Martins; Maria Antonieta Castro; Maria Antonieta Rapazote; Maria Conceição Vaz; Nuno Vicente; Pinelo Tiza; Rui Canário

Paginação: Gralha, Empresa Jornalística, Lda.

Impressão: Coraze – Centro de Impressão Oliveira Azeméis